



UM 2011 SEM CONCURSOS NEM AUMENTOS

Reajuste apenas para servidores do Executivo, parlamentares e ministros do STF

O governo reiterou esta semana que não há previsão de novos concursos em 2011 e nem a concessão de um reajuste linear para o funcionalismo público que engrossou a base eleitoral da presidente Dilma Rousseff no ano passado. Na verdade, a proposta orçamentária enviada ao Congresso já não previa reajuste para o funcionalismo. **Mas o governo irá manter o pagamento de aumentos já dados para alguns cargos, como o de presidente da República, parlamentares e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).**

Além disso, **terá que pagar a parcela de 2011 relativa ao reajuste dado em etapas, desde 2008, aos servidores do Executivo.** A meta de cortar R\$3,5 bilhões nas despesas com pessoal, justamente suspendendo contratações e eventuais reajustes, será ambiciosa: isso porque o Anexo V do Orçamento da União - que trata de criação de cargos, provimentos e reajustes - prevê verba de R\$3 bilhões em 2011, com impacto anualizado (em 12 meses) de R\$5,2 bilhões.

Se a meta for alcançada, o gasto com pessoal ficará em R\$179,5 bilhões, já descontada a chamada CPSS (Contribuição Patronal Para a Seguridade do Servidor).

A secretária do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Célia Correa, lembrou

que alguns reajustes já estavam previstos na lei orçamentária e serão mantidos. Mas serão adiados novos concursos e contratações:

- Aqueles reajustes que já estão aprovados não têm como não cumprir. Não haverá calote nem postergação. Concursos este ano não estão previstos.

Mas algumas despesas, como disse a secretária, serão cumpridas. Para 2011, o Orçamento da União já previu o impacto do reajuste dos salários do presidente da República e dos ministros: R\$8,5 milhões em 2011, com impacto anualizado de R\$9,2 milhões.

No caso do Judiciário, o Orçamento também já inclui verba de R\$156,73 milhões para o reajuste dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e seu impacto em todo o Poder Judiciário federal, o que corresponde à reposição da inflação do período, cerca de 5,25%. O índice é bem inferior aos 14,79% pedidos pelo Supremo.

No Legislativo, há o impacto do reajuste dos salários dos deputados e senadores, que custará em 2011 R\$144,4 milhões, com impacto anualizado de R\$155,7 milhões.

Além disso, o governo ainda precisa pagar a parcela de 2011 ao Poder

Executivo do reajuste que começou a ser dado, em etapas, a partir de 2008: R\$859,7 milhões, cujo desembolso costuma ser feito no meio do ano. O impacto anualizado (em doze meses completos) está calculado em R\$1,68 bilhão. Para se ter uma ideia do impacto, em 2010 o gasto com a parcela do Poder Executivo dos reajustes concedidos foi de R\$6,6 bilhões.

O Planejamento já rejeitou o pedido de reajuste dos servidores do Poder Judiciário, que queriam em média 56%. As previsões fazem parte do chamado Anexo V do Orçamento, que é destinado à programação com gastos com pessoal, no que se refere à criação de cargos e previsão de reajustes ou reestruturações de carreira.

Ao todo, o Anexo V prevê verba de R\$3 bilhões em 2011, sendo R\$1,3 bilhão para "estruturação e/ou aumento de remuneração" e mais R\$1,7 bilhão para "criação e/ou preenchimento de cargos". O impacto anualizado está calculado em R\$5,2 bilhões. No anúncio de segunda-feira, o governo promete chegar ainda à economia de R\$3,5 bilhões nas despesas com pessoal por meio de auditorias.